

## "DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO CAMPESINATO"\*

Delma Pessanha Neves

### I - INTRODUÇÃO

A diferenciação sócio-econômica do campesinato, embora um tema recorrente em quase todos os estudos sobre este segmento de produtores agrícolas, constitui uma questão problemática em virtude das reificações embutidas na análise e das suposições políticas e ideológicas assumidas como pressupostos teóricos. A análise de tais problemáticas, isto é, das questões recorrentes e dos pressupostos teóricos, torna-se necessária à constituição desse tema como objeto de estudo.

De modo geral, os autores que se dedicam ao estudo do processo de diferenciação sócio-econômica do campesinato retomam - explícita ou implicitamente - o debate entre marxistas e neo-populistas a respeito desse tema. Posicionam-se num dos campos teóricos ou tentam articular as duas propostas analíticas.<sup>1</sup> Adotando tais supostos a priori, eles não levam em conta a relativização de certos conteúdos criados em face do contexto político e ideológico que deu a esse tema uma certa consagração em termos de estudo sobre o campesinato. Valendo-se dos conceitos e das perspectivas analíticas construídas para este debate, os autores perdem muitas vezes a especificidade do processo que estudam, universalizando tendências ou se comprometendo com uma análise idealista.

Nesses termos, a análise da diferenciação sócio-econômica que deveria romper com a reificação, da noção de campesinato termina por desdobrar esta reificação através do uso de novas categorias - que hierarquizam os estratos sociais - e da expectativa em relação à direção do processo, que desemboca numa nova homogeneização: camponeses emburguesados ou capitalistas, de um lado, proletários ou semi-proletários, de outro. Essas categorias são utilizadas enquanto termos classificatórios, sem a análise de sua constituição enquanto agentes ou "tipos ideais", por exemplo.

Os autores que se dedicam ao estudo do processo de mudança social desse segmento de produtores agrícolas o fazem geralmente pela análise da diferenciação social, entendida como processo mais geral e como efeito das transformações. Não qualificando as questões embutidas nas perspectivas analíticas adotadas, eles tendem a impor um quadro de transformações, variáveis apenas em seus conteúdos e, assim, a homogeneizar ou universalizar os processos de integração-decomposição do campesinato. Dessa perspectiva, as análises se concretizam pela reificação de conceitos e de processos.

---

\* Trabalho apresentado no GT "Estado e Agricultura".

<sup>1</sup> A análise da problemática subjacente a este debate será por nós posteriormente elaborada enquanto parte da proposta de construção da diferenciação social como objeto de estudo e de reflexão sobre suas formas de apropriação pelos demais autores.

Um outro limite imposto pela reprodução das perspectivas analíticas construídas por aquele debate teórico e político é a exclusão do processo de mudanças a que está também submetida, em certos contextos sociais e históricos, a grande produção. Como os autores tendem a se dedicar ao estudo das transformações sociais que ocorrem junto ao campesinato, a análise da mudança social na agricultura passa a imagem de constituição desse setor econômico apenas por pequenos produtores agrícolas que se integram ao sistema capitalista enquanto empresários ou enquanto proletários.<sup>2</sup>

Submetidos a esse quadro referencial, os autores articulam o estudo da diferenciação sócio-econômica dos camponeses ao processo de expansão do capitalismo e, nesses termos, o datam num quadro específico de mudanças sociais. Decorre desse posicionamento teórico a ênfase no estudo das desigualdades econômicas e a aplicação dessa temática à análise de mudanças sociais ocorridas na agricultura de países considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Através da análise de vários artigos publicados em *The Journal of Peasant Studies* (1975 a 1981), que se voltam para estudos empíricos do processo de diferenciação sócio-econômica do campesinato<sup>3</sup> ou para reinterpretção do debate entre marxistas e neo-populistas,<sup>4</sup> pretendemos discutir a problemática desta problemática, isto é, apontar para limitações implícitas e explícitas embutidas nessa perspectiva analítica e nos instrumentos teóricos dela decorrentes.

Esses artigos se constituem em objeto privilegiado pela sua homogeneidade teórica - todos estão referidos a essa mesma perspectiva -, constituindo, nos parece, uma definição da linha editorial da revista.

A partir dessa análise pretendemos ter conseguido romper com determinados impasses teóricos que levam ao empobrecimento desse instrumental analítico e apontar para novas perspectivas de estudo desse tema. Para além desse objetivo, consideramos que podemos levantar um conjunto de questões que vão sendo incorporadas a essa perspectiva analítica e destacar as contribuições substantivas que, qualificadas, podem apontar para a diversidade de processos e de situações em que a diferenciação sócio-econômica do campesinato pode se dar.

A importância da reflexão sobre essa problemática se evidencia pelas possibilidades que o estudo da diferenciação social apresenta para a

---

<sup>2</sup> Marx, ao analisar a lei geral da acumulação capitalista (capítulo XXIII) refere-se ao processo de concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho - acumulação - e à concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, e a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo de alteração na repartição dos capitais que já existem, ele denominou centralização (cf., 1971 : 722-730).

Por conseguinte, o estudo dos processos de acumulação e expropriação inerentes ao da diferenciação social não é específico apenas ao campesinato. Sob determinadas circunstâncias, isto é, conforme os contextos pode ser parte constitutiva do processo de diferenciação social onde o campesinato é um dos agentes ou mesmo apontar para certa expansão do campesinato.

<sup>3</sup> Birtek, 1975; CIMe, 1978; Feder, 1976; Kay, 1981; "Raikes, 1978; Scott, 1976; Shenton, 1981; Smith, 1979; Turton, 1976.

<sup>4</sup> 4. Cox, 1979; Harrison, 1975; Hutn, 1979; Lingston-Mann, 1980; Patnaik, 1979.

compreensão do processo de mudanças sociais a que está submetido o campesinato e para a própria constituição social desses produtores agrícolas.

## **II - DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA: CONTEÚDOS IMPLÍCITOS E ATRIBUIDOS**

Embora esses autores, ao se voltarem para o estudo do processo de mudanças sociais ocorridas junto ao campesinato, adotem como questão central ou subjacente a análise da diferenciação sócio-econômica, nenhum deles define explicitamente este conceito. De tal forma o debate entre marxistas e neo-populistas consagrou a importância e o conteúdo desse tema que eles o tomam como se existisse uma definição única ou uma só direção para esse processo. Entretanto, vários conteúdos são imputados mas não assumidos. Unidades analíticas distintas são recortadas, sem se extrair dessa diversidade de enfoques suas conseqüências.

Ora a diferenciação sócio-econômica é tomada como forma de classificação de um processo geral, englobando subprocessos que conduzem à concentração e à expropriação dos meios de produção por segmentos do campesinato. Ora ela é tomada como forma de rearranjo dos efeitos de processos externos, objetos centrais da análise, mas também concebida como única resposta possível a esses fatores. Ora ela é compreendida como forma de expressão da diversidade de atualização de unidades familiares de produção sob o impacto da intensificação da economia mercantil.

A despeito da diversidade de níveis analíticos em que o estudo da diferenciação sócio-econômica é apresentado, alguns pressupostos são recorrentes. Um deles, mais genérico, se expressa na correlação entre expansão da economia mercantil ou penetração do sistema capitalista e diferenciação social do campesinato. Dessa articulação sucede a escolha das situações concretas a serem estudadas e a suposta sucessão que vai do isolamento, da homogeneidade, da fraca produção mercantil à integração ou decomposição do campesinato.

Circunscrito a esse quadro de referência analítica, o estudo da diferenciação sócio-econômica do campesinato visa dar conta do aparecimento ou emergência de classes, ainda que os autores ora enfatizem a realização desse processo, ora os fatores que limitam ou se apresentam como formas de reação à sua concretude. Assim colocada, toda mudança social ocorrida junto ao campesinato redundará na sua transformação em proletário ou burguês.

Dessa perspectiva, os autores tendem a limitar o estudo da diferenciação sócio-econômica à desigualdade no acesso aos meios de produção ou ao aspecto econômico. Aqueles que incorporam as mudanças ao nível ideológico ou do jogo de forças sociais (as relações de poder) consideram esses fatores enquanto geradores de desigualdades econômicas.

Como esta correlação entre expansão da economia mercantil e desagregação do campesinato é assumida a priori, os autores se sentem também poupados de dar conta da análise das relações sociais que sustentam tal processo. Os estudos tendem assim a levantar os fatores externos identificados como específicos às formas de atualização do sistema capitalista, sempre

disruptivos porque geram contradições, antagonismos e polarização de classes. O sistema capitalista passa a ser entendido apenas por uma de suas dimensões estruturais: acumulação ou concentração dos meios de produção e expropriação ou formação de trabalhadores livres.

O estudo das mudanças sociais, abandonando a dimensão das relações sociais, configura-se por uma análise mecânica, definida pela relação entre causa e efeito ou por formas homogêneas de atualização do sistema capitalista. As possibilidades abertas para a compreensão da heterogeneidade das relações e das unidades sociais são abandonadas em nome da homogeneidade dos processos. Em certos artigos a heterogeneidade é assumida pelo seu aspecto de transição, que desembocará em um novo processo de homogeneização. Assim sendo, os autores, ao analisarem as mudanças sociais, operam com modelo de processo que supõe homogeneidade - heterogeneidade - homogeneidade.

Deriva dessa suposição analítica a articulação entre diferenciação social do campesinato e transição social ou as suposições de um processo ainda inacabado, mas cujo rumo já se pode antever.

Nesses termos, elimina-se a possibilidade de se pensar a diferenciação sócio-econômica como processo interno ao próprio campesinato. Da mesma forma, torna-se eliminada a possibilidade de se pensar em outras formas de diferenciação social e econômica, mas também política e ideológica - que não redundem em decomposição e emergência de novas classes sociais.

Enfatizando mais acentuadamente os fatores externos que levam à mudança e o suposto final do processo, a análise do campesinato se torna residual - seja porque é agente passivo, seja porque tende a desaparecer, seja porque sua existência é comprovada pela nominação de categorias ou estratos. A análise das unidades de produção é então substituída pela imputação de categorias classificatórias, construídas em função desse modelo analítico, reificadas e universalizadas, bastando por si sós para qualificar as mudanças e as tendências. A reificação de um campesinato homogêneo é substituída pela reificação de um campesinato heterogêneo, composto de estratos hierarquizados: camponês rico, camponês médio, camponês pobre ou por situações de transição: camponês rico em processo de acumulação e semi-proletários ou camponeses parciais. Esses termos, construídos a partir de um debate político ou referidos a situações empíricas peculiares, são então universalizados e esvaziados de novos possíveis conteúdos que as análises empíricas em situações históricas diversas poderiam revelar.

Compreendidos como referenciais teóricos consagrados e com conteúdos a priori atribuídos, os usos de tais termos ou de conceitos levam a um empobrecimento das análises sobre o campesinato. As diferenças e as especificidades dos artigos vão se dar a partir da variedade de fatores que incidem na realização desse processo. A despeito da diversidade de fatores, da intensidade com que atuam sobre o campesinato, da particularidade da situação concreta que esteja sendo analisada, do jogo de forças sociais em curso entre os vários grupos sociais em cena e da história da constituição desses mesmos grupos - suas formas de luta e de ação política -, a emergência de novas classes é um dado que se realiza em ritmos mais ou menos intensos e, portanto, uma questão de tempo.

Com essas críticas aos modelos analíticos não estamos negando a ocorrência desse processo, mas apontando para sua dedução sem a análise das condições sociais reais em que ele se dá. Estamos denunciando sua conclusão por posturas idealistas que impõem esquemas teóricos à realidade.

Parece-nos ainda que tais posturas decorrem das tentativas de indiferenciar níveis analíticos diversos. A análise de princípios gerais ou de tendências inerentes ao sistema capitalista se situa nos termos de elaboração de um modelo teórico e só neste nível pode ser entendido. A análise de situações concretas supõe outros referenciais que possam dar conta das relações sociais, das práticas dos diversos agentes, da interferência de outros fatores - políticos, ideológicos, culturais -, do jogo de forças e das representações sociais, que atribuem especificidades a serem destacadas e que apontam para formas diversas de realização de princípios e tendências elaboradas ao nível teórico. Uma análise não se reduz ou não se deduz da outra. Cada uma delas - análises teóricas propriamente e análises sobre situações empíricas ou concretas, para além de se nutrirem - supõe construções analíticas específicas, níveis de elaboração próprios.

Imputando-se uma a outra ou extraindo generalizações construídas a partir do estudo de uma situação concreta para tantas outras, os autores passam a apontar apenas para a diversidade de fatores que levam à atualização de um processo supostamente generalizado.

A adesão não crítica a um debate teórico e político e a ausência de problematização dos supostos analíticos e de determinados conceitos influenciam também as posturas que se pensam críticas dessa perspectiva analítica. Como esta crítica se situa na cobrança de análises sobre as unidades familiares de produção, tal postura desloca o objeto de estudo, mas não totalmente a referência teórica (ver Hedley, 1981).

Valorizando as continuidades e as descontinuidades nas relações sociais dessas unidades de produção e criticando a suposição de uma generalizada decomposição do campesinato, essa perspectiva analítica vai operar com novos conceitos reificados ou com novas formas de homogeneização. As mudanças vão incidir sobre as relações entre unidades de produção camponesas que consubstanciavam a existência de comunidades camponesas, onde a entre-ajuda e as relações de solidariedade (e não também os conflitos e suas formas de controle, a própria diferenciação das unidades de produção) asseguraram uma forma específica de atualização das relações sociais. Compreendendo as unidades de produção a partir de uma certa individualização, a persistência ou permanência do campesinato vai ser reafirmada pela imputação de atributos definidores do campesinato médio: presença básica do trabalho familiar, relação entre economia mercantil e autoconsumo, importância de valores familiares na organização da produção e nos pressupostos da reprodução.

Dissolve não só as relações comunitárias como também as relações entre as unidades de produção ou entre grupos sociais, e passa a operar com uma perspectiva idealizada de análise. Minimizando as interferências externas e se limitando à microanálise, da mesma forma, deixa de levar em consideração as relações sociais e passa a operar com a articulação de atributos teoricamente formulados e imputados às unidades de produção.

Colocadas essas referências gerais que suportam estes estudos sobre a diferenciação sócio-econômica do campesinato, vejamos como os autores concretizam a análise desse processo.

### **III - PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO - MODELOS ANALÍTICOS SUBJACENTES**

O estudo da diferenciação sócio-econômica do campesinato se funda na associação de dois modelos que se referem a dois momentos do processo: um que engloba a sociedade camponesa na fase anterior à incorporação ao sistema capitalista e outro que se refere à decomposição ou transição.

#### **A sociedade camponesa ou tradicional**

A expansão do capitalismo se dá sobre uma sociedade tradicional ou camponesa, segundo os autores referidos. Quase sempre essa sociedade é apreendida como relativamente indiferenciada ou composta por camadas ou estratos de camponeses ricos, médios e pobres.

A sociedade tradicional ou camponesa é definida pelo seu relativo isolamento econômico, cultural e político, dada a fraca comercialização dos produtos e sua auto-suficiência. Sua inserção na sociedade nacional se dá geralmente por uma tênue subordinação política e administrativa, exercida por mediadores que se constituem a partir de relações de patronagem e de princípios de redistribuição social.

As relações de entre-ajuda postas em prática pelas unidades de produção e a presença de mecanismos de controle da diferenciação social e do conflito tornam a comunidade a unidade social mais ampla e uma entidade que assegura a coesão social.

Consideram que o relativo isolamento dessas comunidades (pocas influências externas), seu caráter corporativo e a presença de unidades familiares extensas (mais adequadas ao uso intensivo do fator trabalho) são suportes básicos à estabilidade de sua organização social.

Os produtores agrícolas, nesta forma de organização social, voltar-se-iam para uma agricultura de autoconsumo, com pequena produção de excedentes para o mercado. Os instrumentos de trabalho são qualificados como rudimentares, produzidos por artesãos locais. Desse fato decorre então um acesso relativamente indiferenciado aos instrumentos de trabalho, variando apenas quanto à quantidade disponível pelas unidades de produção.

O acesso à terra é relativamente amplo pois que não se constitui em mercadoria ou o mercado desse fator é débil. As formas sancionadas para este acesso prescrevem ainda a propriedade comunal para todos os membros da comunidade, segundo determinados usos (florestas, pastos etc.), e oportunidades amplas para o uso da terra através de formas de transferência de renda-produto ou renda-trabalho.

Referidos a essa interpretação do acesso desigual aos recursos de produção, os autores se satisfazem em apontar a diferenciação econômica em termos de nomenclatura dos estratos com conteúdos supostamente consagrados e,

em certos casos, a destacar a diferenciação dos camponeses em livres e subordinados (econômica e politicamente). Esta subordinação - do camponês pobre ao camponês rico especialmente - entretanto, abre alternativas de acesso à terra e supõe a reprodução dessas relações e dos estratos que as mantêm.

A força de trabalho é basicamente familiar e as condições técnicas de produção se fundam no uso intensivo desse fator. Tais pressupostos permitem a expansão ou a reprodução mais favorável daquelas unidades de produção que conseguem melhor adequação dos recursos produtivos, isto é, melhor correlação entre a posse ou propriedade da terra e o número de trabalhadores que possuem ou que podem controlar. A correlação inversa é solucionada pelas alternativas criadas pela parceria, permitindo aos camponeses pobres - com pouca terra - reproduzirem-se pela inserção dos filhos produtivos enquanto parceiros, e aos camponeses ricos - com propriedade de área de terra superior à capacidade de trabalho dos membros familiares -, o acesso à força de trabalho necessária.

Acentuando a autonomia das unidades de produção e das sociedades tradicionais ou das comunidades camponesas, os autores destacam as possibilidades de o campesinato maximizar os benefícios econômicos advindos da produção, porque não estão sujeitos a formas mais intensas de apropriação de excedentes.

Embora apontem para relações de exploração ou de transferência de excedentes entre as unidades de produção que concretizam as relações de parceria (camponeses ricos e pobres), os mecanismos que atualizam tais transferências, nesse contexto, não são definidos como expropriadores do acesso aos meios de produção ou como condutores de mudanças sociais.

Frente a este quadro de equilíbrio suposto, as mudanças são sempre analisadas como efeitos de fatores externos e disruptivos.

Essa visão da sociedade tradicional, qualificando aquelas situações em que o sistema capitalista não está presente ou em que ainda não se constituiu como sistema econômico hegemônico, tem sido posta em questão por alguns historiadores (ver Carter, 1977; Wrighton, 1977). Inseridos no debate sobre esta visão indiferenciada e harmônica das sociedades tradicionais, esses autores vão construir um quadro analítico que procura apreender as mudanças e os conflitos sociais internos. Passam a enfatizar as formas de incorporação econômica, política e administrativa dessas comunidades e a diferenciação sócio-econômica das unidades de produção. A integração mais efetiva supõe certa, diferenciação pré-existente e sua intensificação.

A diferenciação social, todavia, é compreendida basicamente pela desigualdade econômica das unidades de produção, apontada pela referência aos estratos hierarquizados de camponeses. A essa desigualdade eles passam a acrescentar a diferenciação cultural, na medida em que as sociedades tradicionais vão se incorporando mais acentuadamente à sociedade nacional. A desigualdade cultural é constitutiva da integração porque esta se dá pela presença de agentes representantes de instituições externas (coletores, professores, sacerdotes) ou pela participação política da aristocracia rural ou dos camponeses ricos no processo de decisão e de apoio à constituição do Estado nacional.

O processo de diferenciação cultural e política rompe com uma certa homogeneidade pré-existente entre os membros da sociedade que anteriormente participavam das mesmas instituições comunais, dos mesmos rituais.

Um outro fator que esses autores levam em consideração para pensar a diferenciação social nessas comunidades é a expansão demográfica. Todavia, relativizam seus efeitos pela existência de terras livres em outras regiões e pelas possibilidades abertas para criação de novas comunidades.

Referidos a esse contexto vão realçar a importância dos padrões de herança e casamento na determinação da diferenciação entre unidades de produção. Apontam para o acesso diferencial à terra em função daqueles padrões, destacando, entretanto, as formas de controle de conflitos embutidas nesses próprios mecanismos.

Os conflitos sociais existentes nessas sociedades, segundo esses autores, adviriam de interesses divergentes entre famílias ou indivíduos e não entre grupos sociais, já que as instituições comunitárias atuariam no controle do acirramento e na legitimação da desigualdade econômica.

Embora ao enfatizarem a diferenciação existente nessas sociedades eles passem a considerar fatores políticos, demográficos e culturais e a apontar para a desigualdade de acesso a um conjunto mais amplo de recursos que não apenas os econômicos, pensam a integração via economia mercantil e vão, nesses termos, reproduzir os esquemas analíticos dos autores anteriormente referidos.

A inserção na economia mercantil (no século XVI e XVII para os casos analisados pelos autores) cria a escassez de acesso à terra para os camponeses pobres, a intensificação dos mecanismos de extração de excedentes e, por consequência, amplia o número de trabalhadores sem terra. Destacam a partir desses fatores, as condições diferenciadas para adaptação à economia mercantil: mais propícias para os camponeses ricos; mantidas sob equilíbrio precário pelos camponeses médios que são mais dependentes dos recursos comunais (especialmente a terra), reordenados em seu uso pela valorização dos cultivos agrícolas e da criação de gado; e disruptivos para os camponeses pobres que passam a ter limitadas as possibilidades de acesso à terra e a se submeterem a mecanismos mais intensos de transferência de excedentes.

A incorporação das comunidades tradicionais à sociedade nacional teria assim como efeito mais geral a internalização da pobreza pelas limitações aos projetos de ampliação de recursos e pela defasagem cultural entre famílias, conforme estas participem ou não das novas instituições seletivas (escola, igreja) e sejam expropriadas de um saber cultural comum.

Se esses historiadores reafirmam o modelo explicativo de integração apontado pelo primeiro conjunto de autores referidos, isto é, a integração pela diferenciação (decomposição), eles também apontam para níveis de heterogeneidade pré-existent e ampliam a análise pela inclusão de fatores outros que não apenas os econômicos.

Tal démarche parece estar ligada ao deslocamento das perspectivas de análise, em virtude das tentativas de construção de novas interpretações sobre as condições sociais de existência das sociedades tradicionais ou das comunidades camponesas. Ademais, parece estar ligada ao fato de esses autores se



encontrarem frente a outros contextos históricos, onde a noção de diferenciação social nem sempre pode estar ligada à expansão do capitalismo.

### **O processo de transição ou de diferenciação sócio-econômica do campesinato**

A expansão da produção mercantil aparece como expressão da ação conjugada de múltiplos fatores externos à comunidade camponesa e gera desigualdades econômicas, culturais e políticas responsáveis pela polarização de classes.

Dentre esses fatores determinantes da expansão da produção mercantil e da diferenciação social, os autores vão destacar determinadas constelações, cuja coexistência explicaria os efeitos disruptivos. Conforme as situações empíricas estudadas, essas constelações de fatores abaixo sistematizadas podem estar presentes de modos diversos. Para alguns casos, os autores estariam se referindo a uma delas; para outros, à combinação concomitante de algumas delas.

Na construção dessas constelações de fatores procuramos apreender o conjunto de elementos recorrentemente apontados pelos autores como coexistentes, ou seja, cuja ação conjugada poderia atuar no sentido de diferenciar ou decompor o campesinato:

a) Incorporação colonial, integração ao mercado internacional e estímulo à produção de mercadorias para exportação. Tais fatores levam ao reordenamento do uso da terra ou sua incorporação à produção mercantil, isto é, sua transformação em mercadoria e sua escassez provocada pela imposição de novas relações para seu uso. As imposições ligadas à expansão da economia mercantil supõem o endividamento dos produtores, pela necessidade de recursos financeiros mais amplos para realização do processo produtivo, e a dependência em relação aos comerciantes (agentes externos ou camponeses ricos) não só em termos de crédito, como de realização da mercadoria. Esses fatores atuariam de forma negativa sobre a reprodução dos camponeses pobres, expropriando-os do acesso à terra e transformando-os em trabalhadores livres. Podem propiciar condições de adequação aos camponeses médios e possibilitar o processo de concentração de terra e de intensificação da apropriação de excedentes pelos camponeses ricos, abrindo-lhes alternativas de participação política e de ampliação dos mecanismos por eles controlados para a dominação econômica.

b) Processo de intervenção do Estado na economia através dos seguintes mecanismos:

- Investimentos em infra-estrutura: criação de vias de comunicação e de alternativas à incorporação dos agricultores ao mercado interno ou externo.

- Provisão da agricultura a partir da oferta de créditos agrícolas subsidiados, do estímulo à pesquisa e à formação e difusão de novos conhecimentos pela extensão rural. A oferta desses recursos é vista como seletiva e geradora de desigualdades nas formas de realização do processo produtivo e de geração da renda. A atuação desses fatores é tão mais intensa quanto mais a inovação tecnológica provoque mudanças no processo de trabalho; desigualdades no

acesso aos novos conhecimentos e recursos a partir daí oferecidos; e diferenças no nível de produtividade das unidades de produção.

- Política de preços que beneficie determinados segmentos de produtores agrícolas ou setores da burguesia industrial, estimulando as trocas desiguais entre esses dois setores da economia.

- Política educacional que geralmente atua desvalorizando o trabalho agrícola e estimulando a migração.

- Constituição de cooperativas de comercialização, que geralmente beneficiam os camponeses ricos porque se tornam intermediários ou exercem maior controle sobre as relações com o mercado e a transferência de excedentes.

- Intensificação dos mecanismos de transferência de excedentes para outros segmentos da população através da criação de taxas e impostos, que geralmente incidem de forma mais dramática sobre os camponeses pobres e médios, ampliando o empobrecimento entre eles.

- Mudanças na estrutura político-jurídica através de reordenações nas relações de poder ou da criação de novas legislações que regulamentem o acesso à terra ou que controlem formalmente as relações de produção e de trabalho.

- Substituição de produtos anteriormente cultivados por outros, especialmente se estes exigem menor alocação de mão-de-obra e gerem expulsão dos trabalhadores ou transformações nas antigas relações de trabalho.

c) Instalação de indústrias em áreas rurais ou criação de um mercado de trabalho que ofereça melhores oportunidades de remuneração da força de trabalho que as atividades agrícolas.

A esses fatores conjugados são atribuídos fins eficazes e direcionados no sentido da concentração dos meios de produção pelos camponeses ricos; empobrecimento e dificuldades de reprodução dos camponeses médios; e expropriação (total ou parcial) dos camponeses pobres.

Este modelo interpretativo, na mesma medida em que seleciona e valoriza a ação de determinados fatores, também imputa comportamentos universais aos diversos estratos de camponeses, que reagem sempre da mesma forma. Nesses termos, também está suposta uma diferenciação - não assumida explicitamente - de comportamentos ou racionalidades dos vários estratos de camponeses. Os ricos sempre perseguem a acumulação econômica e a ampliação do poder político. Os médios sempre tentam reordenar suas unidades de produção visando se adequar às novas forças sociais impostas. Os pobres são sempre impotentes às novas alternativas, só lhe restando o caminho da proletarização.

É interessante destacar que nessas análises, a imputação de eficácia a tais fatores é tão consagrada que os autores não se dedicam ao estudo das unidades de produção (geralmente referidas, ainda que superficialmente no primeiro momento do processo, quando analisam a comunidade camponesa).

O modelo de análise supõe um ponto final ao processo que não precisa ser demonstrado. Ou se conclui pela presença de capitalistas e proletários ou se aponta para sua constituição, referindo-se a camponeses ricos em processo de emburguesamento; a camponeses parciais ou semi-proletários.

A despeito de essas análises se pautarem na correlação de causa e efeito, alguns desses autores vão pôr em destaque outras formas de expropriação que não apenas econômicas: do conhecimento, do poder interno à comunidade. Outras formas de acumulação para além daquelas que dizem respeito aos recursos de produção estrito senso: concentração de poder, de saber, de fontes de informação etc. Todavia, embora os efeitos do processo sejam incorporados por um dos segmentos dos camponeses, o Estado aparece como agente central na reordenação das posições destes produtores agrícolas.

Nesse sentido, à análise clássica apresentada por Marx (1974: 828-882) sobre a formação do proletariado pela expropriação da terra, passam a acrescentar outras formas que incidem sobre a expropriação dos meios para cultivar a terra como instrumentos de trabalho, fertilizantes, sistemas de irrigação; incompatibilidades das antigas técnicas produtivas aos novos processos de cultivo; dificuldades de acesso aos recursos financeiros necessários à reposição do processo produtivo; situações que gerando ou intensificando o processo de empobrecimento impõem o abandono supostamente opcional das atividades agrícolas. A utilização alternativa e complementar da venda da força de trabalho é vista como fator de expropriação do produtor, na medida em que ele tende a secundarizar o trabalho em sua própria unidade e que impõe reordenações nas relações internas à família. A migração (sazonal ou definitiva) dos homens ou a necessidade de se ausentarem diariamente para atuarem em outras unidades produtivas reservam às mulheres, em alguns casos, um papel mais importante na atualização do processo produtivo e uma posição mais valorizada no sistema de decisões. A criação de um mercado de trabalho (rural ou urbano) que ofereça melhores condições de remuneração ao trabalho dos filhos é considerada geradora de conflitos internos à unidade familiar e, em alguns casos, inviabilizadora das possibilidades de reprodução camponesa. Nessas situações apresentadas, as unidades de produção podem passar por reordenações que apontam para novas formas de sua atualização, mas sempre vistas como limitativas à reprodução camponesa.

A suposta evidência da acumulação por camponeses ricos é geralmente apontada sem maiores demonstrações ou sem apelos a outros fatores explicativos. Entretanto, quando se trata da destruição do campesinato médio e da expropriação dos camponeses pobres, os autores tendem a introduzir novas explicações para a paradoxal permanência precária destes. Daí eles terem que se dedicar a interpretações sobre a resistência desses segmentos, seja por mecanismos internos, seja pela fraqueza ou relativa eficácia de determinados fatores externos (presença de terras livres, ausência de um mercado de trabalho que ofereça melhores oportunidades de remuneração da força de trabalho), seja pelas relações de interdependência estabelecidas entre os diversos segmentos de camponeses. Nesse contexto então, alguns autores passam a apelar para a compreensão do jogo de forças sociais que explica a eficácia ou não dos fatores, mas não levam em consideração as formas de luta e de organização política dos segmentos que imprevisivelmente permanecem, a despeito das tendências adversas.

#### **IV - PROLETARIZAÇÃO X PERSISTÊNCIA DO CAMPESINATO - O DEBATE SUBJACENTE**

Identificados com o debate entre marxistas e neo-populistas sobre o processo de mudanças do campesinato russo no início do século, os autores vão levantar questões a respeito do instrumental analítico, isto é, a validade demonstrativa da persistência ou da desagregação do campesinato.

Nesse sentido, quase todos eles destacam a impropriedade dos dados quantitativos para análise da diferenciação social do campesinato, pois que geralmente oferecem informações sobre o tamanho da terra, o volume da produção e a distribuição de renda, mas não dão conta dos processos e das relações sociais. Ademais, como eles não são, na maior parte dos casos, computados visando a análise da diferenciação social, permitem conclusões distorcidas.

Ainda que os autores considerem a importância da análise das relações sociais, nem sempre eles são bem sucedidos nesta pretensão. Voltam-se para análise relacional dos fatores e não propriamente das relações sociais.

Embora referidos ao debate teórico acima apontado, estão dialogando com autores mais recentes, que tentam apontar para a persistência do campesinato em virtude da funcionalidade dessa forma de organização da produção para o capital. Segundo eles, esta proposta de interpretação toma como referência os casos clássicos analisados por Marx e Lenin e nega a diferenciação nas situações em que a proletarização e o emburguesamento não estivessem sendo concretizados plenamente. Suas intenções estão assim referidas à busca de novos processos de realização da diferenciação sócio-econômica do campesinato. Todavia, na prática, conseguem apontar para a presença de outros fatores em novos contextos do próprio desenvolvimento do capitalismo, onde o Estado, segundo quase todos os artigos, tem um papel decisivo na implementação de medidas que permitem ultrapassar bloqueios à hegemonia do capital.

A ênfase na persistência do campesinato e na negação de certa hegemonia do sistema capitalista estaria fundada, segundo alguns autores, na visão estreita sobre as condições de existência do capitalismo, que suporia o desenvolvimento pleno do trabalho livre. Destacam a importância do camponês pobre para as unidades de produção capitalistas, especialmente aquelas que operam com processos produtivos em que a necessidade mais premente de força de trabalho é acentuadamente sazonal. A permanência do camponês pobre liberaria as unidades capitalistas da reprodução da força de trabalho nos momentos de menor demanda, permitindo-lhes maiores apropriações do lucro e melhores condições de rentabilidade. A manutenção do camponês com pouca terra atuaria assim como mecanismo de imobilização e minimização do custo da força de trabalho.

Na tentativa de revelar novos processos de diferenciação social e melhor construir um referencial analítico para este estudo, os autores vão elaborar críticas tanto a Chayanov como a Lenin.

De modo geral há um certo consenso quanto à impropriedade dos fatores levados em consideração por Chayanov para explicar a diferenciação interna do campesinato. Embora a diferenciação demográfica seja considerada um fato, ela não é capaz de provocar o aparecimento de novas classes sociais.

Criticando ainda Chayanov vão apontar para a impropriedade do estudo da diferenciação do campesinato levando em conta apenas as mudanças ao nível das unidades de produção, pois desembocam em microanálises e em estudos sincrônicos e se pautam numa noção essencialista da família e da unidade de produção.

Adotando o camponês médio como modelo, segundo esses autores, as possibilidades de compreensão estão limitadas porque nem sempre ele existe concretamente. Sua constituição e existência dependem de condições locais, de tipos de produção, do nível de produtividade alcançado, dos níveis e subsistência socialmente determinados e se referem a formas específicas de inserção no mercado.

Em relação à contribuição de Lenin, alguns desses autores destacam as limitações decorrentes da ausência de uma análise detalhada da economia do household camponês, de suas relações com a composição da família e das conexões entre produção e reprodução.

## **V - A DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO COMO EXPRESSÃO DO JOGO DE FORÇAS SOCIAIS – UMA ANÁLISE ALTERNATIVA**

Criticando os autores que tomam os fatores que conduzem à diferenciação social como valores em si, Byres (1981) vai propor a análise desse processo a partir do estudo das relações políticas ou das relações entre as classes. Os fatores são medidas postas em prática em virtude da capacidade de certas classes ou frações de classes imporem ou influenciarem a criação de circunstâncias sociais favoráveis aos seus projetos. Daí dar destaque às noções de classe em si e classe para si.

Para esse autor, o estudo da diferenciação social supõe o das relações entre as classes: burguesia industrial, financeira, agrária, camponeses, trabalhadores livres e as relações destas com o Estado.

Dessa perspectiva, as instituições que agregam os interesses econômicos e políticos desses segmentos e a própria capacidade destes institucionalizarem seus interesses se tornam objeto de análise mais importante do que as unidades de produção. Segundo Byres, não é o processo de diferenciação social que leva a uma nova composição das forças sociais, mas esta mesma composição é diferenciadora e pode levar ao acesso desigual aos fatores de produção.

Os fatores que agem no sentido da acumulação ou da expropriação são acionados por determinados segmentos ou frações de classe, visando o deslocamento das posições de seus concorrentes. São, por conseguinte, efeitos e não causas da diferenciação.

Nesse sentido, a diferenciação não surge como efeito, dos fatores externos, mas como consequência da dinâmica dos próprios grupos sociais em sua luta pela participação política ou pela ampliação do controle de fatores econômicos ou políticos. Não são as políticas agrícolas e as inovações tecnológicas que geram de fora para dentro diferenciação, mas estas medidas têm uma base social e resultam de determinadas alianças, cooptações de grupos etc. que criam, legitimam e aderem à oferta desses novos recursos. Por isso mesmo, o estudo da diferenciação social não pode se limitar à análise das unidades de produção, aos

camponeses e aos efeitos das formas de integração econômica, mas deve incorporar as forças sociais presentes numa determinada arena política.

A originalidade dessa perspectiva em relação às demais é que ela rompe com a visão unilinear da decomposição do campesinato, já que a ocupação de determinadas posições não é definida como irreversível. Se num determinado momento as forças sociais em jogo facilitam a expansão do campesinato rico, por exemplo, em outros, em conjuntura a este desfavorável, ele pode entrar num processo de estagnação, de descenso, de expropriação, se não da terra, mas de outros recursos que lhe asseguravam melhores usos dos fatores de produção e mais ampla participação na distribuição social da renda.

Do mesmo modo, ele tenta superar a visão que supõe uma homogeneidade que se desagrega em heterogeneidades transitórias, para pensar em heterogeneidades que se desdobram ou se reordenam. A diferenciação social das unidades de produção é recorrente e dá sustentação ao jogo de forças sociais que supõem interesses divergentes. A intensidade do processo depende do quadro de forças e das formas de controle do poder exercidas por certas frações da burguesia que conseguem manter hegemonia.

Byres chama a atenção que só ao nível da análise das relações entre as classes se pode entender a acumulação e a expropriação. As formas de organização política, as possibilidades abertas para determinados segmentos avançarem em suas lutas sociais, especialmente os camponeses e trabalhadores livres (através de seus sindicatos e associações) são decisivas ao entendimento das condições em que a diferenciação pode se dar.

Para além de deslocar o objeto de estudo para as relações entre classes e segmentos sociais envolvidos, para o jogo de forças sociais, para as instituições representativas de seus interesses, este autor destaca que o estudo da diferenciação social supõe uma análise diacrônica, que leve em consideração as formas de organização das unidades de produção, as condições de reprodução destas e dos produtores agrícolas enquanto classe.

Incorporando o Estado como agente e o definindo como locus de disputas de interesses diversos que se dispõem e se refazem, o autor passa a destacar a instabilidade das posições sociais alcançadas pelos grupos sociais ou por frações de classe.

A diferenciação social dos camponeses supõe sua participação como agente político e não seu modelamento passivo e aberto a manipulações por agentes externos.

## **VI - A DIFERENCIAÇÃO SOCIAL COMO SUPERAÇÃO DAS REIFICAÇÕES CONSAGRADAS**

Se Byres consegue propor um enfoque diverso, que permite romper com determinadas reificações apresentadas pelos demais autores anteriormente referidos, não logra superá-las, mas deslocá-las para outros níveis analíticos. As dificuldades que ele enfrenta redundam do fato de considerar as classes, os segmentos sociais e as instituições como entidades, sobre as quais, enquanto agentes, centra sua análise.

O grande mérito deste artigo, nos parece, é pensar a diferenciação como processo em construção, isto é, como expressão de ações sociais e não como efeito de fatores externos ao campesinato. Nesses termos, o próprio campesinato em seus vários segmentos deixa de ser um agente passivo para se constituir em agente de sua diferenciação.

Visando romper com os riscos de reificações de noções como campesinato, estratos de camponeses, diferenciação social, políticas agrícolas, Estado etc. e manter a noção de diferenciação social como um processo em construção, sugerimos que o estudo sobre produtores agrícolas se pautar na análise das relações sociais.

Para tanto consideramos que o objeto de estudo deve incidir sobre indivíduos e os sistemas de relações sociais aos quais estejam inseridos como participantes ou a eles referidos.

Tal postura permite compreender e construir o jogo de forças sociais em que os produtores agrícolas são agentes, os deslocamentos que criam e devem se adequar, considerando as representações e as práticas sociais. Dessa perspectiva, a conjuntura não é um quadro de forças sociais que se impõe, mas construída a partir dos agentes em suas relações reais e não supostas.

Levando em conta os projetos sociais, as aspirações, a visão de mundo e seus efeitos sobre as práticas sociais podemos compreender o uso de alternativas abertas ou sua criação, a absorção de objetivos construídos segundo interesses de outros grupos sociais e que são incorporados pelos agentes sociais como seus. Da mesma forma, podemos entender os efeitos perversos de determinadas políticas agrícolas e programas cujas alternativas são utilizadas mediante outros fins ou negadas. Por conseguinte, podemos perceber os deslocamentos criados pelas políticas agrícolas, pela presença de novas instituições, pelas ações do Estado, mas também os deslocamentos dessas próprias ações e políticas a partir das formas de participação dos produtores agrícolas.

Ao centrar a análise na relação entre agentes e sistemas de relações sociais, as unidades de produção podem ser compreendidas como um dos meios de que eles dispõem para participar no sistema de relações sociais. Assim sendo, importa estudar as relações sociais básicas que sustentam as unidades de produção, mas também os objetivos e aspirações dos agentes e as mudanças que a elas incorporam ou as reordenações adaptativas que a elas impõem, visando determinados objetivos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Esta análise permite romper com definições essencialistas que, atribuindo qualidades às unidades de produção, dificultam sua compreensão, catalogando-as enquanto unidades abstratas. Tal perspectiva pode revelar formas de organização das unidades de produção que implodem as definições estreitas apresentadas para empresas capitalistas ou unidades familiares de produção.

Resgatando aos produtores agrícolas seu papel de agente ativo, de beneficiário e condutor do processo, podemos ampliar a compreensão da diferenciação social, incorporando formas de afiliação institucionais, relações em que se inserem ou estão excluídos e as conseqüências dessas filiações e exclusões para construção de identidades, fundamentais à sua participação política e à construção da ordem social; para utilização de novos recursos; e para a expropriação de aspectos diversos da vida social.

Através dessa proposta metodológica consideramos ainda ser possível superar análises que se fundam numa visão maniqueísta e restritiva do sistema capitalista. Este pode ser compreendido não só pelo poder dissolvente de formas de organização social pré-existentes, mas também enquanto sistema cultural cujos valores e pautas de conduta são incorporados, legitimados e reordenados pelos agentes sociais.

Ao centrar a análise sobre os agentes sociais e os sistemas de relações sociais por estes construídos e partilhados, podemos superar as atribuições reificadas de comportamentos a determinados estratos ou a determinadas posições sociais, mas entender as descontinuidades das práticas e das respostas comportamentais, conforme as formas diversas de afiliação e inserção, que podem gerar atitudes aparentemente contraditórias ou ambíguas. Compreendendo as diferentes formas de inserção dos agentes também podemos perceber as diferentes práticas, alianças ou antagonismos de interesses, que podem bloquear determinadas trajetórias e facilitar a construção de projetos ascendentes.

Dessa perspectiva, podemos compreender as relações que constituem posições e, como Byres, destacar que a diferenciação social não pode ser entendida como um processo unilinear, mas como um processo em construção não só no sentido que os agentes sociais não são homogêneos, mas também que a heterogeneidade é ela mesma constitutiva da dinâmica social e das diversas posições sociais.

Nesses termos, acumulação, concentração, expropriação, proletarização são tendências que podem ou não se atualizar, mas não são atributos de posições ou de agentes específicos.

## **BIBLIOGRAFIA ANALISADA**

BIRTEK, Faruck and KEYDER, Caglar - "Agricultura and the State An Inquiry into Agricultural Differentiation and Political Alliances. The Case of Turkey", The Journal of Peasant Studies, vol. 2, Number 4, July, 1975, London, Frank Cass & Co. Ltd.

BYRES, T. J. - "The New Technology, Class Formation and Class Action in the Indian Countryside", The Journal of Peasant Studies, vol 8, Number 4, July, 1981, London Frank Cass & Co. Ltd.

CARTER, Ian - "Social Differentiation in the Aberdeenshire Peasantry 1966-1970", The Journal of Peasant Studies, vol. 5, Number 1, October 1977, London, Frank Cass & Co. Ltd.

CLIFFE, Lionel - "Labour Migration and Peasant Differentiation: Zambian Experiences", The Journal of Peasant Studies, vol. 5, Number 3, April, 1978, London, Frank Cass & Co. Ltd.



COX, TERRY - "Awkward Class or Awkward Classes? Class Relations in the Russian Peasantry before Collectivisation", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, Number 1, October 1979, London, Frank Cass & Co. Ltd.

FEDER, Ernest - "The New World Bank Programme for the Self-Liquidation of the Third World Peasantry", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 3, Number 3, April, 1976, London, Frank Cass & Co. Ltd.

HARRISON, Mark - "Chayanov and the Economics of the Russian Peasantry", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 2, Number 4, July, 1975, London, Frank Cass & Co. Ltd.

- "Chayanov and the Marxists", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, Number 1, October, 1979. London, Frank Cass & Co. Ltd.

HEDLEY, Mas - "Relations of Production of the 'Family Farm': Canadian Prairies", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 9, Number 1, October 1981, London, Frank Cass & Co. Ltd.

HUNT, Diana - "Chayanov's Model of Peasant Household Resource Allocation", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 6, Number 3, April, 1979, London, Frank Cass & Co. Ltd.

KAY, Cristóbal - "Political Economy, Class Alliances and Agrarian Change in Chile" *The Journal of Peasant Studies*, vol. 8, Number 4, 1981, London, Frank Cass & Co. Ltd.

LINGSTON - MANN, Esther - "A Strategy for Marxist Bourgeois Revolution: Lenin and the Peasantry, 1907-1916", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, Number 2, January, 1980, London, Frank Cass & Co. Ltd.

NOLAN, Peter and WHITE, Gordon - "Socialist Development and Rural Inequality: The Chinese Countryside in the 1970s", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, Number 1, October 1979, London, Frank Cass & Co. Ltd.

PATNAIK, Utsa - "Neo-Populism and Marxism: The Chayanovian View of the Agrarian Question and its Fundamental Fallacy", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 6, Number 4, July, 1979, London, Frank Cass & Co. Ltd.

RAIKES, Philip "Rural Differentiation and Class-Formation in Tanzania", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 5, Number 3, April, 1978, London, Frank Cass & Co. Ltd.

SCOTT, C. D. - "Peasants, Proletarianization and the Articulation of Modes of Production: The Case of Sugar Cane Cutters in Northern Peru, 1940-69", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 3, Number 3, April, 1976, London, Frank Cass & Co. Ltd.

SHENTON, R. W. and LENNIHAN, Louise - "Capital and Class: Peasant Differentiation in Northern Nigeria", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 9, Number 1, October, 1981, London, Frank Cass & Co. Ltd.

SMITH, Gavin A. - "Socio-economic Differentiation and Relations of Production among Rural - Based Petty Producers in Central Peru, 1880 to 1970", The Journal of Peasant Studies, vol. 6, Number 3, April, 1979, London, Frank Cass & Co. Ltd.

TURTON, Andrew - "Northern Thai Peasant Society: Twentieth-Century Transformations in Political and Rural Structures", The Journal of Peasant Studies, vol. 3, Number 3, April, 1976, London, Frank Cass & Co. Ltd.

WRIGHTSON, Keith - "Aspects of Social Differentiation in Rural England, C. 1580-1660", The Journal of Peasant Studies, vol. 5, Number 1, October, 1977, London, Frank Cass & Co. Ltd.